

TIMOR-LESTE

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR-LESTE

Chefe de Estado:	José Manuel Ramos-Horta
Chefe de governo:	Kay Rala Xanana Gusmão
Penal de morte:	abolicionista para todos os crimes
População:	1,2 milhão
Expectativa de vida:	62,5 anos
Mortalidade de crianças até 5 anos:	56,4 por mil
Taxa de alfabetização:	50,6 por cento

Continuam livres os perpetradores de graves violações dos direitos humanos cometidas durante a ocupação indonésia de Timor-Leste (1975-1999). Houve denúncias de violações dos direitos humanos, inclusive maus-tratos, pelas forças de segurança. Os níveis de violência doméstica permaneceram elevados.

Informações gerais

Em fevereiro, o Conselho de Segurança da ONU prolongou por mais um ano o mandato da Missão Integrada da ONU em Timor-Leste (UNMIT). Nesse mesmo mês, o Grupo de Trabalho da ONU sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários visitou o país. Em outubro, a situação dos direitos humanos em Timor-Leste foi avaliada no âmbito da Revisão Periódica Universal da ONU. Diversos Estados observaram que os perpetradores de violações dos direitos humanos continuavam impunes. Timor-Leste concordou em examinar os apelos feitos por cinco Estados para que o país implementasse as recomendações da Comissão de Acolhimento, Verdade e Reconciliação (CAVR).

Impunidade

Apesar das investigações que têm vindo a ser realizadas pela Unidade dos Crimes Graves, persistia a impunidade pelas violações dos direitos humanos. As vítimas, as suas famílias e as ONG timorenses continuaram a pedir justiça para as violações cometidas pelas forças de segurança indonésias entre 1975 e 1999. Contudo, o governo continuou a promover a reconciliação com a Indonésia à custa da justiça. Acredita-se que a maioria dos indivíduos acusados de violações de direitos humanos se encontre livre na Indonésia.

■ Em julho, Valentim Lavio, ex-membros da milícia Besi Merah Putih, foi condenado a nove anos de prisão pelo Tribunal Distrital de Díli. Foi acusado de crimes contra a humanidade na forma de homicídio, cometidos no período posterior ao referendo de independência de 1999. Embora o seu recurso tenha sido indeferido no dia 26 de setembro, as autoridades confirmaram que, no fim do ano, ele continuava livre, tendo fugido para a Indonésia.

Um Memorando de Entendimento entre o Provedor de Direitos Humanos e Justiça e a Comissão de Direitos Humanos da Indonésia sobre a implementação das recomendações da CAVR e da Comissão da Verdade e da Amizade (CVA) entre a Indonésia e Timor-Leste expirou em janeiro e foi renovado em novembro. Nenhum progresso foi registrado (ver secção sobre a Indonésia).

O esperado debate sobre dois projetos de lei que criam um Programa Nacional de Reparações e um Instituto Público da Memória, com mandato para implementar as recomendações da CAVR e da CVA, foi adiado pelo parlamento, em fevereiro, e não tinha acontecido até o fim do ano.

Forças policiais e de segurança

Em março, a ONU transferiu integralmente a responsabilidade pelas operações policiais no país para a Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL). Houve denúncias de violações dos direitos humanos, inclusive maus-tratos, cometidas por polícias e por militares.

Violência contra mulheres e meninas

Casos de violência doméstica foram levados aos tribunais com base na Lei contra a Violência Doméstica de 2010. Entretanto, a incidência desse tipo de violência continuou alta. Alguns casos continuaram a ser resolvidos por meio de mecanismos de justiça tradicionais (comunitários) que restringiram o acesso das vítimas à justiça.

Visitas/relatórios da AI

🚗 Representantes da Amnistia Internacional visitaram Timor-Leste em fevereiro e novembro.

📄 Timor-Leste: Justice delayed, justice denied - Amnesty International submission to the UN Universal Periodic Review, October 2011 (ASA 57/003/2011)